

As organizações constituintes da **Plataforma Sindical de Professores para o ECD**, solicitam a melhor divulgação da seguinte

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

APESAR DA CRISE,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GASTA MILHARES EM PROPAGANDA ILEGÍTIMA E ENGANOSA!

O Ministério da Educação paga hoje a divulgação, nas páginas centrais de alguns jornais, sob a forma de publicidade, de uma “auto-entrevista” sobre o Estatuto da Carreira Docente que terá custado milhares de “contos” ao erário público.

Este tipo de propaganda é:

1. **Ilegítimo**, na medida em que se gastam milhares de euros dos contribuintes para propaganda política, enquanto se cortam verbas às escolas e se suprimem direitos, tempo de serviço e expectativas salariais aos docentes, alegadamente por razões de contenção orçamental. Além disso, é inaceitável que o Governo gaste dinheiro em espaços publicitários para divulgar textos que se enquadram, apenas, na mais vil campanha alguma vez movida em Portugal contra os professores e os educadores portugueses.

2. **Enganoso**, porque os alegados esclarecimentos, prestados sob a forma de respostas, estão eivados de demagogia, de inverdades, de mentiras e de omissões graves. É mentira, por exemplo, que os docentes progridam na carreira pelo mero passar do tempo; também não é verdade que a transição da actual carreira para a que é proposta não se traduzisse em perdas salariais que atingiriam as centenas de milhares de euros; omite-se, por exemplo, que um docente, se adoecer dez dias num ano perderá dois anos de carreira. Mas estas são apenas três de entre as muitas fugas à verdade que constam no texto publicitário do Ministério da Educação.

No entanto, este anúncio que os contribuintes terão de pagar à Ministra Lurdes Rodrigues, acaba por ter uma virtude: **confirma o que as organizações sindicais têm dito da postura do M.E. ao longo do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, bem como do conteúdo das suas propostas.**

De facto:

- Confirma-se que **o ME não olha a meios** para atingir os seus objectivos;
- Confirma-se que, nas questões essenciais, **o ME não se moveu**, um mínimo que fosse, desde o início do processo de revisão;
- Confirma-se que **o ME continua a tentar impor** uma carreira com duas **categorias**; **vagas** para acesso aos escalões de topo, que deixariam a esmagadora maioria dos docentes a meio da carreira, independentemente do seu mérito; **quotas** para a atribuição das classificações mais elevadas, que seriam a negação do próprio regime de avaliação do desempenho; um **exame**, sem qualquer sentido pedagógico, para ingresso na carreira; **menções qualitativas** positivas que se traduziriam em perdas de anos de serviço; entre outras propostas muito negativas.

Perante esta publicidade divulgada hoje pelo M.E., a Plataforma Sindical de Professores para o ECD manifesta o seu mais veemente repúdio por esta iniciativa de propaganda e exige do Governo que torne públicos os seus custos para que os contribuintes saibam qual o destino que é dado aos seus impostos. Repudiam, ainda, a tentativa de enganar e manipular a opinião pública, pois, ao contrário do que afirma no seu texto, o ME não pretende valorizar o trabalho dos professores, mas, apenas, poupar dinheiro à sua custa.

Esta iniciativa do ME e o seu discurso enganoso, afinal, acabam por criar nos professores precisamente o efeito contrário ao que, certamente, era pretendido. Na verdade, apenas fazem crescer as tensões dentro da classe docente e acabam por contribuir para que aumente a sua mobilização para a **Greve Nacional dos próximos dias 17 e 18 de Outubro**.

As organizações subscritoras:

FENPROF – Federação Nacional dos Professores

FNE – Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

SNPL – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados

SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades

FENEI – Federação Nacional do Ensino e Investigação

ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados

PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem

FEPECI – Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação

SIPPEB – Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico

SIPE – Sindicato Independente dos Professores e Educadores

USPROF – União Sindical dos Professores

SINPROFE – Sindicato Nacional dos Professores e Educadores

SNPES – Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário